

APRESENTAÇÃO

A primeira edição da Revista Jurídica Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea apresenta as pesquisas dos trabalhos de conclusão de curso realizadas pelos alunos e professores do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

A obra coletiva trata-se de uma produção colaborativa de docentes e discentes, refletindo um curso que, dentre tantos aspectos, inova e comunica-se com uma comunidade protagonista de uma realidade multicultural. Também, oportuniza a expansão de caminhos que abrem portas ao diálogo, promovendo a proliferação do saber.

As construções apresentam uma riqueza e pluralidade de temáticas, visando sempre colaborar com o (re)pensar da sociedade contemporânea. Portanto, com o fim de contextualizar o leitor e instigar a leitura e reflexão, apresentam-se breves considerações acerca das temáticas.

Em *Os delitos de furto e contra a ordem previdenciária e tributária: uma análise a partir da criminologia crítica*, os autores Gabriela Menegatt e Daniel Pulcherio Fensterseifer objetivam abordar o Direito Penal e os tratamentos que provocam desigualdades em casos análogos, comparando o trato conferido aos delitos contra a ordem previdenciária e tributária e, de outro lado, ao crime de furto.

No texto *A efetividade da guarda compartilhada nos casos de alienação parental*, as autoras Dainara Danieli Schenkel e Patrícia Luzia Stieven refletem sobre a entidade familiar, analisando a origem da família assim como sua função na sociedade.

Em *Adolescente infrator: as múltiplas faces da reincidência* os colaboradores Fernanda Zanatta e Oliverio de Vargas Rosado estudam os aspectos que levam os menores a reincidir, traçando o perfil econômico, cultural e social desses infratores.

Em *Crianças e adolescentes infratores frente às oitivas informais*, Claudineia Pereira e Renata Egert estudam o procedimento de aplicação das oitivas informais frente as medidas socioeducativas, em caso de cometimento de ato infracional.

Maira Indiana Behling e Patrícia Luzia Stieven no trabalho *Eutanásia: conflito entre a vida e a morte* enfocam o conflito existente entre a liberdade de escolha de uma morte digna, sem sofrimento e o princípio constitucional basilar da garantia da vida.

Os autores Matheus Martini e Jan Carlos Novakowski, por sua vez, em seu capítulo *A ação de passagem forçada e a sua função social*, tecem considerações sobre a propriedade,

sua evolução e partem para a análise da passagem forçada enquanto função social ao imóvel encravado ou em situação de difícil acesso.

No artigo *A interferência do Estado na propriedade privada como instrumento de defesa do interesse coletivo*, os autores Cesar Riboli e Erasmo Mossini objetivam evidenciar as formas pelas quais o Estado pode intervir na propriedade privada de modo a garantir que ela seja utilizada para cumprir a função social a que se destina.

As autoras Amanda Razia Del Paulo e Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes, no capítulo *Fecundação artificial homóloga post mortem e sua implicação no direito sucessório em face dos princípios constitucionais*, investigam se a pessoa gerada da via fecundação artificial homóloga *post mortem* possui direitos sucessórios, destacando diversas problemáticas jurídicas.

Em *A concepção de mediação enquanto forma de solução de conflitos no pensamento de Warat*, os autores Rosinei Paulo Machado de Oliveira e Jean Mauro Menuzzi debatem acerca da mediação, enquanto alternativa de solução de conflitos, com enfoque na concepção amorosa e filosófica de Luís Alberto Warat.

Os autores Daniel da Luz e Antonio Luiz Pinheiro, na publicação *A iniciativa instrutória do juiz e a proteção dos direitos fundamentais diante do sistema processual penal brasileiro*, analisam temática relacionada ao poder instrutório do juiz no Processo Penal Brasileiro a luz do sistema acusatório adotado pela Constituição Federal de 1988.

No capítulo *A influência da religião em relação a temas morais controversos no direito penal brasileiro e o princípio da laicidade*, os autores Tiago Galli e Tauane verificam se existem limites na interferência das crenças religiosas nas decisões do Estado brasileiro.

Os autores Jean Mauro Menuzzi e Suélin Cardoso dos Reis, na publicação *A psicopatia à luz do direito penal brasileiro*, refletem a psicopatia em geral.

Assim, diante das temáticas expostas, a presente publicação tem por escopo apresentar a comunidade acadêmica de nossa universidade o desenvolvimento científico, ao passo que também alcance os demais profissionais do mundo jurídico que almejam aprimorar o conhecimento e contribuir para a construção de um Direito como um instrumento hábil para a plenitude da cidadania e a resolução pacífica de conflitos.

Por fim, prezados leitores, cumprimentam-se todos os autores da obra *Revista Jurídica Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea*, por partilharem suas ricas e instigantes pesquisas. Boa leitura a todos.

Prof. Me. Otacílio Vanzin

